

Arthur Pereira Sabbat

A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NAS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS NO BRASIL

Prefácio: Senador Eduardo Gomes

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2026

Sumário

Capítulo 1 – Introdução	1
Capítulo 2 – A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.....	9
Capítulo 3 – A Agência Nacional de Proteção de Dados.....	17
3.1 A estrutura da ANPD	19
3.2 A competência regulamentar da ANPD	22
3.3 A Agenda Regulatória da ANPD	23
Capítulo 4 – A laicidade do Estado e a aplicação da LGPD	27
Capítulo 5 – Organizações religiosas como agentes de tratamento	37
5.1 Principais operações de tratamento de dados pessoais realizadas pelas organizações religiosas	39
5.2 Quando organizações religiosas são consideradas agentes de tratamento de pequeno porte	45
Capítulo 6 – Flexibilizações da Resolução CD/ANPD Nº 2, de 27 de janeiro de 2022	63
6.1 Quanto ao registro das atividades de tratamento	63
6.2 Quanto à comunicação dos incidentes de segurança	64
6.3 Quanto ao encarregado pelo tratamento de dados pessoais	65
6.4 Quanto às medidas de segurança	66
6.5. Quanto aos prazos diferenciados de resposta aos titulares e à ANPD	68
6.6 Quanto à declaração de confirmação de existência ou o acesso a dados pessoais	69

Capítulo 7 – Titulares de dados nas organizações religiosas.....71

Capítulo 8 – Principais pontos de adequação à

LGPD para as organizações religiosas.....77

8.1 Indicação do Encarregado77

8.2 Realização do mapeamento dos dados pessoais.....82

8.3 Identificação das finalidades de tratamento 88

8.4 Identificação da natureza e dos tipos de dados pessoais tratados 95

8.4.1 Dados de crianças e de adolescentes98

8.4.2 Dados de idosos 100

8.4.3. Quantidade de dados pessoais tratados
pelas organizações religiosas108

8.5 Identificação dos direitos dos titulares112

8.6 Armazenamento, controle de acesso e eliminação 122

8.7 Escolha das hipóteses legais adequadas.....125

8.7.1 Hipóteses legais do artigo 7º da LGPD 126

8.7.1.1 Obrigação legal ou regulatória (art. 7º, III) 128

8.7.1.2 Execução de contrato (art. 7º, V)..... 128

8.7.1.3 Legítimo interesse (art. 7º, IX).....129

8.7.2 Hipóteses legais do artigo 11 da LGPD.....130

8.7.2.1 Consentimento (art. 11, I)131

8.7.2.2 Cumprimento de obrigação legal ou regulatória
pelo controlador (art. 11, II, a).....133

8.7.2.3 Execução de políticas públicas (art. 11, II, b).....133

8.7.2.4 Proteção da vida ou da incolumidade física (art. 11, II, e)134

8.7.2.5 Garantia da prevenção à fraude (art. 11, II, g)..... 134

8.8 Identificação de operadores.....	136
8.9 Revisão de processos e operações de tratamento de dados pessoais	138
8.10 Envolvimento do setor jurídico.....	140
8.11 Adoção de medidas de segurança.....	141
8.12 Realização de transferência internacional de dados	147
8.13 Elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais	152
8.14 Elaboração do registro de operações de tratamento	156
8.15 Elaboração da política de privacidade.....	158
8.16 Elaboração do aviso de privacidade.....	162
8.17 Realização de sensibilização e capacitação.....	163
Capítulo 9 – O dinamismo da conformidade à LGPD	169
Capítulo 10 – Uso da Inteligência Artificial pelas organizações religiosas	173
Capítulo 11 – Casos Práticos de Aplicação da LGPD por organizações religiosas.....	183
Conclusão	193

Anexos

Anexo 1 – Termo de consentimento para serviço /trabalho/ministério com crianças e adolescentes	197
Anexo 2 – Termo de Cessão de Imagem e Voz.....	199
Anexo 3 – Termo de consentimento para adultos	203
Anexo 4 – Modelo de Política de Segurança da Informação (POSI) ...	205

Anexo 5 – Modelo Simplificado de Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD)	209
Anexo 6 – Modelo de Política de Privacidade	213
Referências Bibliográficas	219
O Autor	243